

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 197/1995 de 14 de Dezembro

Considerando o regime de cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Local, previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 6/95/A, do 28 de Abril;

Considerando a forma de cooperação financeira indirecta, prevista na alínea a) do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/95/A, bem como o facto dos empreendimentos municipais, nas áreas do saneamento básico rede viária

municipal o ordenamento municipal do território poderem ser objecto de cooperação financeira indirecta, de acordo com o n.º 1 do artigo 4.º daquele diploma legal;

Considerando, por outro lado, que os investimentos constantes do quadro anexo a esta resolução são também objecto de comparticipação comunitária encontrando-se incluídos no Programa Específico do Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA II), situação que constitui condição de acesso cooperação financeira indirecta, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Legislativo n.º 6/95/A;

Considerando, finalmente o protocolo de abertura de uma linha de crédito bonificado para investimentos municipais assinado em 2 de Agosto de 1994, com diversas entidades bancárias regionais.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição conjugado com a alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores o Governo resolve:

1 - Aprovar a inclusão dos investimentos referidos no quadro anexo no programa de cooperação financeira indirecta integrado no Programa 28.2 do plano Anual e de Médio Prazo do Região

2 - A comparticipação financeira do Governo Regional, nos empreendimentos abrangidos pela presente resolução corresponderá a uma bonificação de juros traduzida no pagamento de 70% dos juros devidos pelos municípios pelos empréstimos contraídos para financiamento dos referidos projectos sendo esse pagamento efectuado pela Secretaria Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública semestralmente e directamente a favor da entidade bancária credora.

3 - A concretização das comparticipações previstas nesta resolução fica dependente da celebração de Contratos ARAAL, entre a Administração Regional Autónoma, representada pela secretaria Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública e os municípios contemplados

Quadro: Consultar documento em PDF relativo ao Jornal Oficial I Série Nº 50 de 14-12-1995.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 7 de Dezembro de 1995.-O Presidente do Governo *Alberto Romão Madruga da Costa*.